



CRIANÇA, ADOLESCÊNCIA E POBREZA NA CONTEMPORANEIDADE*

Edison Ferreira de Macêdo**

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

emacedo@hotmail.fr

RESUMO: Para compreender as condições de sobrevivência de crianças e adolescentes pobres no Brasil e no mundo, é necessário restituir as análises socioeconômicas e culturais de existência centrada nas relações sociais de classe e de sexo. O material empírico é proveniente de uma pesquisa realizada na cidade de João Pessoa-PB, com adolescentes em condição de rua e das políticas de institucionalização. As contribuições da mídia, relatórios e literatura, possibilitaram a compreensão e análise das precárias condições da realidade latino-americana e europeia da temática. Nos últimos vinte anos a problemática das crianças e adolescentes desfavorecidas no Brasil e no âmbito internacional é objeto de discussão de pesquisas das Ciências Sociais objetivando propiciar a construção de um conhecimento com vistas à erradicação da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Infância – Trabalho – Pobreza – Violência-Instituição

CHILD, ADOLESCENCE AND POVERTY IN CONTEMPORARY TIMES

ABSTRACT: To understand survival conditions of poor children and teenagers of Brazil and in the world, it is necessary to study socio-economic and cultural ways of existence, to focus on essential social, class and gender relations to get to conceive our theme. The empiric material is the result of the search conducted in João Pessoa – PB, on life conditions of teenagers in the streets combine with governmental policies of the institutionalization system study. With the help of the media, reports and interviews are datum important for the understanding and the study of precariousness conditions of our thematic, existing in South America and Europe realities. Those last twenty years we are facing problems of children and teenagers penalized in Brazil and abroad, subject of researches in Social Sciences departments to build knowledge in direction of a same eradication

KEYWORDS: Childhood – Work – Poorness – Violence – Institutions

* Este artigo é parte de um capítulo de minha tese de doutorado defendida em 2009, na Universidade Paris VII – Denis Diderot.

** Doutor em História pela Universidade Paris VII - Denis Diderot. Atualmente realiza Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da UFPB.

A crescente globalização dos mercados nas últimas décadas do século XX estruturou transformações significativas nas sociedades mundiais impostas por um modelo econômico de produção, lucros e negócios.¹ Nesse processo as desigualdades sociais são visíveis a cada dia e traz como consequência a redução dos custos salariais e notavelmente no fenômeno da exploração pelo trabalho. Esta globalização da economia não é, certamente, um fenômeno novo no mundo, o que há de novo neste processo, é a gestão econômica, fortemente inspirada pelos danos do neoliberalismo em todos os países.²

O Estado neoliberal modernizado e livre de suas funções sociais compromete o equilíbrio e funcionamento da sociedade em todos os seus segmentos. Essa nova fase do capitalismo minimiza o papel do Estado e acelera a supressão dos direitos sociais conquistados historicamente pelas classes trabalhadoras em mais de um século de luta.³ É neste contexto que tecemos considerações acerca das desigualdades sociais sofridas por crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. Observa-se a acelerada perda dos seus direitos fundamentais, de acesso à educação e a saúde de qualidade, da falta de oferta de trabalhos e serviços as famílias e finalmente a exploração e sofrimento de crianças e adolescentes.⁴

Mais de um milhão de crianças sofrem de uma ou mais formas extremas de privação nas áreas de nutrição, água potável, saneamento, serviços, saúde, habitação, educação e informação.⁵ Estudos e pesquisas indicam dados discriminados por região, por sexo, grupo étnico ou qualquer outra dimensão relevante para identificar os riscos de exclusão. Por outro lado, as estatísticas podem não refletir a realidade da situação de

¹ BORON, A. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

² MEDEIROS, Marcelo. Os Ricos e a Formulação de Políticas de Combate à Desigualdade e à Pobreza no Brasil. **Texto para discussão nº 984 – IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília – outubro de 2003, 25 p.

³ LUCA, T. R. de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. (Orgs.). **História da Cidadania**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 482

⁴ PASSETTI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

⁵ UNICEF. (Fond des Nations Unies pour l'enfance) La situation des Enfants dans le Monde. **Rapport**, n. 4, 144 p, 2006.

um país. Por exemplo, na Venezuela, os dados de indicadores do MICS⁶ indicam que, apesar de uma participação significativa das crianças que frequentam escolas primárias próximas a 94%, aproximadamente 20% das crianças em idade de frequentar escolas, vivem em famílias de extrema pobreza sem acesso à educação, em comparação com menos de 2% mais rico. Isso mostra que, num país onde a taxa de atendimento nacional do ensino primário é elevada, importantes variações internas podem existir devido à marginalização de determinado grupo de pessoas.

O espaço geográfico é fator determinante de exclusão das crianças que vivem em zonas rurais e urbanas mais pobres⁷. Geralmente as zonas rurais são mais pobres e menos acessíveis que as zonas urbanas, elas não beneficiam os serviços de saúde e educação comparáveis às outras áreas apresentando maior nível de mortalidade infantil. As crianças rurais são mais propensas a morrer antes dos cinco anos em relação as das zonas urbanas. 30% das crianças rurais em comparação a 18% de crianças urbanas estão fora da escola nos países em desenvolvimento, 80% das quais não frequentam a escola primária vivem em áreas rurais. A ausência no espaço escolar dá-se a fatores como, baixo nível de formação dos pais, ou devido a condição de pobreza a educação não é sempre para estes pais um valor a ser tido em conta e a incapacidade dos governos para atrair professores qualificados aparecem como principais obstáculos à escolaridade das crianças rurais.⁸

Crianças em situação irregular são excluídas da educação, assistência médica e segurança social; de catástrofes naturais e exploração por falta de documentos importantes que agravam a situação das crianças, especialmente onde elas não tenham sido declaradas no nascimento e não aparecem nas estatísticas oficiais. Em 2003, 48 milhões de crianças não apresentavam registro de nascimento seja 36% do número total de nascimento neste ano. O ato de nascimento é prova da ligação fundamental entre a criança a seus pais, ele determina sua nacionalidade e participação na sociedade.⁹ A

⁶ O MICS é uma fonte de dados da UNICEF que tem como principal objetivo a recolha de informações para o cálculo de indicadores sociais relacionados com a situação das crianças em condição de risco social em todos os continentes.

⁷ LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. 2. ed. rev. atual. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

⁸ LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

⁹ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

certidão de nascimento é prova legal para o governo reconhecê-lo como tal. Se ele não estiver registrado vai ter mais dificuldades durante a sua vida para obter acesso a serviços essenciais, como escola e assistência médica. Este ato administrativo garante a existência de cada ser humano perante a lei e protege os seus direitos.

Segundo a UNICEF¹⁰ 55% dos nascimentos por ano de crianças no mundo em desenvolvimento não são declarados, 62% na África subsaariana, 70% no Sul da Ásia. A invisibilidade dessas crianças encontra-se aliada a pobreza e ao nível de instrução dos pais. Em 2004, 48% do número total de refugiados no mundo eram de crianças deslocadas em razão de conflitos ou violação dos direitos humanos. Crianças pagam um pedágio quando são refugiadas ou são movidas. Violência e instabilidade que as rodeiam são sérios riscos.

CRIANÇAS POBRES DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Em 1924, a Liga das Nações¹¹ aprovava a declaração sobre os direitos das crianças chamada Declaração de Genebra. Foi adotada pelo Conselho Geral da União Internacional de Auxílio a Criança (UISE) na sua sessão de 23 de fevereiro de 1923. Esta declaração foi adotada em 26 de setembro de 1924 pela Assembleia da Liga das Nações, reunida em Genebra. A organização internacional UISE fundada em 1920, foi destinada a resgatar e proteger as crianças de todos os países, sem distinção de nacionalidade, etnia ou religião. Esta comunidade internacional comprometeu uma série de instruções para garantir o respeito dos direitos da criança, sobrevivência, saúde, educação, e proteção.

O Estado comprometeu-se em atender as crianças nos serviços essenciais que são, por exemplo: hospitais, escolas, enquanto os Estados interessados se comprometem a promover a proteção das crianças e, por conseguinte, a proteção das suas famílias, suas comunidades, para não colocá-las em risco de abuso e exploração.

¹⁰ UNICEF. (Fond des Nations Unies pour l'enfance) La situation des Enfants dans le Monde. **Rapport** n. 4, 144 p, 2006.

¹¹ A Liga das Nações organização internacional foi criada pelo Tratado de Versalhes em 1919 na Conferência de Paz em Paris, a fim de manter a paz na Europa após a guerra. Os objetivos da Liga das Nações envolveram desarmamento, prevenção das guerras no princípio da segurança coletiva, resolução de conflitos através da negociação e a melhoria global da qualidade de vida.

A Convenção sobre os direitos da criança, adotada pela assembleia geral das Nações Unidas em 1989 é ratificada por 192 países e continua a ser o instrumento jurídico maior e mais abrangente que existe nesta área. Esta é a primeira vez na história da humanidade que a sobrevivência, desenvolvimento e proteção da criança se encontram como prioridade e obrigações morais e legais aplicáveis a todos os Estados signatários.

E' dever e responsabilidade do Estado proteger e educar crianças e adolescentes desfavorecidas quando a família já não pode assumir seu papel protetor, o Estado tem a obrigação de intervir concedendo uma ajuda especial. Isso é o que recomenda os artigos 20 e 22 da Convenção sobre os direitos da criança.¹²

Dentre todas as crianças listadas pela UNICEF há uma atenção especial aos órfãos, detidos e crianças de rua. Milhões de crianças estão se tornando invisíveis enquanto seu direito de proteção não é respeitado. Ausência ou perda dos papéis de identidade, proteção insuficiente do Estado por parte daqueles que não estão sob a responsabilidade dos pais, a exploração para o tráfico ou pelo trabalho forçado, o acesso prematuro aos papéis de adultos, como casamento, emprego, trabalho, são fatores de risco de agravamento da sua invisibilidade. Crianças que não foram declaradas no nascimento, refugiadas ou deslocadas, que se casam cedo demais e trabalham com riscos de saúde, podem tornar-se invisíveis.

CRIANÇAS INVISÍVEIS NA EUROPA

Na Europa, segundo Langellier,¹³ 53% das crianças da capital do Reino Unido, vivem abaixo do limiar da pobreza. Assim, há 300.000 crianças desfavorecidas em uma das capitais mais ricas do mundo ocidental. Elas viviam no centro da cidade e nos setores de Hackney Lambeth, Southwark, Tower Hamlets, não muito longe dos bairros elegantes do Chelsea e Kensington. Pobreza afetada proporcionalmente apresentando um maior fluxo de crianças no centro de Londres do que qualquer outra região do país. No Reino Unido, é pobre qualquer pessoa que vive em uma família com rendimento

¹² UNICEF. (Fond des Nations Unies pour l'enfance) La situation des Enfants dans le Monde. **Rapport** n. 4, p. 39, 2006.

¹³ LANGELLIER, Jean Pierre. A Londres un enfant sur deux sous le seuil de pauvreté. **Le Monde**, p. 5, 21 Novembre 2002.

inferior a 60% do rendimento médio. Segundo números oficiais do Ministério do Trabalho, a renda familiar sofre uma redução de impostos e leva em conta as despesas sociais e à habitação. A pobreza infantil é mais elevada (73%) entre as minorias de origem paquistanesa e bangladeshie. Londres acolhe a cada ano 150 mil imigrantes sem emprego, com pouca ou nenhuma qualificação, pagando-lhes baixos salários. Naturalmente, tais crianças pertencem a famílias onde o desemprego atinge um pai ou a ambos. A tuberculose está entre três a oito vezes mais prevalente em Londres, se considerarmos outras cidades do país.

Segundo a ODAS,¹⁴ apesar das novas leis de proteção à criança um número grande vive em situação de risco social, sendo abusada fisicamente, sexualmente ou vítima de negligência grave. Embora os números coletados pelo ODAS sejam incompletos levando em conta os casos relatados, eles dão, no entanto, uma visualização do flagelo que afeta toda a França. Desde 1998, a violência física tende a ser minimizada. O número de abusos sexuais diminuiu, apesar de em 2002 ser a primeira forma de abuso infantil. Estes avanços seriam o resultado de sensibilização de campanhas realizadas pelas associações. No entanto, a violência psicológica e negligência pesada estão a ganhar terreno. A família é um espaço de perigo. Os fatores de maus-tratos das crianças seriam consequências das deficiências educacionais dos pais, conflitos entre casais ou precariedade econômica.

A RUA COMO SOBREVIVÊNCIA

As crianças de rua ignoradas, marginalizadas e excluídas vivem sob os nossos olhos. Embora visíveis, uma vez que trabalham e vivem nas ruas e praças das cidades, ao redor do mundo, representam uma ameaça a sociedade e são equiparadas a delinquentes. Em 2003 a UNICEF estimava um número de aproximadamente dezenas de milhões em todo o mundo.¹⁵

No sudeste da África em 1996 estimava-se que 2000 a 4000 crianças viviam nas ruas entre 4 e 16 anos de idade sobrevivendo e lutando contra a fome, a indiferença,

¹⁴ Rapport de l'Observatoire national De l'Action Sociale décentralisée. **La décentralisation et la protection de l'enfance**: quelles réponses pour quels dangers? 18 p, 15 octobre 2003.

¹⁵ REPPER: Réseau d'Echange de Projets et de Programmes en faveur des Enfants de la Rue. **Bulletin n°3**. Paris, novembre 1996.

a doença. O número de crianças na rua aumenta com o mundo globalizado e a urbanização crescente.

A UNICEF¹⁶ relata que, no México, 11.172 crianças vivem e trabalham nas ruas. Eles lavam carros e vendem produtos diversos. No entanto, a maioria das crianças de rua não é órfã. Muitas estão em contato com suas famílias, trabalhando nas ruas para complementar a renda. Outras fogem de suas casas, muitas vezes para escapar dos maus tratos físicos ou sexuais. São meninos e meninas submetidos a abusos ou exploração em suas casas. Muitas vezes tais abusos estão comprometidos com a cumplicidade ou a total indiferença das autoridades locais.

Na América Latina, a população infantil-juvenil nas ruas nos anos 1990 era 84% masculina, sendo aproximadamente 30 milhões de meninas, Lusk¹⁷ e Rizzini.¹⁸ Há variações segundo os sexos em todas as cidades. Na verdade a divisão sexual do trabalho é fator estruturante para a reflexão acerca das taxas relativamente baixas da presença de meninas nas ruas. Esta presença varia pouco em culturas latino-americanas, porque o espaço nas ruas é tradicionalmente masculino. No Brasil, esta afirmação da rua como o masculino para Kergoat,¹⁹ remonta ao nosso processo historicamente construído, onde o homem ocupava o espaço público e a mulher o privado restrito às questões internas da casa.

No Brasil, o trabalho precoce nas ruas de João Pessoa é caracterizado por uma gama de atividades informais desenvolvidas e organizadas segundo os sexos.²⁰ Assim, as meninas em geral desenvolvem atividades relacionadas ao trabalho, são vendedoras de doces caseiros e de quentinhas nos cruzamentos das ruas no período de almoço e a noite vítimas de prostituição. Os meninos desenvolvem atividades que segundo eles requer agilidade e força física a exemplo de vendedores de frutas nos semáforos, em

¹⁶ UNICEF. (Fond des Nations Unies pour l'enfance) La situation des Enfants dans le Monde. **Rapport**, n. 4, p. 41, 2006.

¹⁷ LUSK, Mark W. Street children programs in Latin America. **Journal of Sociology and Social Welfare**, London, v. 16, n 1, p 55-77, March 1989.

¹⁸ RIZZINI, Irene. **Deserdados da Sociedade**: os meninos de rua da América Latina. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1994, p. 47.

¹⁹ KERGOAT, D. La Division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J.; et al. (Dir.). **Le monde du travail**. Paris: La Decouverte, 1998. p. 319-327. (Coll. Synos)

²⁰ ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Subjetividade do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa-PB**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

meio ao trânsito, e lavagem e guarda de carros em estacionamentos. Estas crianças e adolescentes sofrem significativo cansaço e dor no corpo, causado por situações de risco, pressões e demandas que exigem as suas atividades. Essas tarefas repetidas ao longo do dia ou da noite põem em risco a saúde física e mental, específico de estratégia de sobrevivência.

Nos anos 1990, os ateliers de formação profissional do Projeto Reviver, unidade feminina da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente – FUNDAC, na cidade de João Pessoa,²¹ desenvolviam atividades junto as adolescentes internas voltadas ao trabalho doméstico. Os educadores capacitavam-nas para atividades de corte e costura, arte culinária, pintura em tecidos, tricô e crochê. Nesse período, a unidade masculina realizava junto aos internos, qualificação profissional voltada ao mercado, a exemplo de padaria do menor que preparava para a profissão de padeiro e as oficinas de serigrafia que os enviava em parceria com as empresas locais para atuar nas principais gráficas da cidade.

Graças às análises sociológicas das relações sociais de classe e de sexo, iniciadas a partir dos anos 1970, há um enriquecimento no campo dos estudos sobre a construção social, cultural e simbólica que produz e reproduz a subordinação diferenciada das mulheres, dos homens, das crianças e adolescentes no trabalho e fora dele²². Neste sentido, as formas de exploração do trabalho das adolescentes não são simétricas às dos adolescentes. Conforme Kergoat,²³ a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho é indissociável de uma sociologia das relações sociais. Relação social deve ser entendida como uma relação (1º) antagonica, (2º) estruturante para o conjunto do campo social e (3º) transversal à totalidade desse campo social.

Segundo Rizzini,²⁴ vários estudos da população de crianças e jovens das ruas e nas ruas na América Latina e Brasil especificamente demonstraram que estas crianças são muito cedo obrigadas a sobreviver fora de suas casas. Diante dessa realidade

²¹ MACEDO, F. E. **Une Histoire d'Enfances Volées. Enfance, adolescence des rues et prise en charge institutionnelle: le cas de João Pessoa, capitale du Paraíba au Nordeste du Brésil.** 2009. Thèse (Doctorat) – Université Paris VII – Denis Diderot, Paris, 2009.

²² FERREIRA DE MACEDO, Maria Bernardete. (Org.). **Dossiê, criança e adolescente: trabalho e saúde no Brasil.** Recife: Editora Universitária, 2007.

²³ KERGOAT, Danièle. A propos de rapports sociaux de sexe. **Revue M**, Paris, n. 53/54, p. 16-19, 1992.

²⁴ RIZZINI, Irene. **Deserdados da Sociedade: os meninos de rua da América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1994.

brasileira as estatísticas definem a idade média dessas crianças de 12 anos, oscilando entre diversas regionais. Assim, na região Sudeste em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, as idades oscilam entre 7 e 9 anos. No Nordeste entre 6 e 11 anos, a região Sul entre as idades de 12 e 13, Centro-Oeste entre 6 e 13 anos e a região Norte entre 7 e 13 anos.

PROSTITUIÇÃO INFANTIL: FENÔMENO INTERNACIONAL

Exploração de crianças e comércio infantil são fatores causadores das violações de seus direitos. O tráfico de crianças é sempre através de uma viagem no interior do país ou para outros países, ficando assim o destino destas crianças dentro do mundo subterrâneo da ilegalidade. Esse deslocamento isola as crianças das suas famílias, suas comunidades e redes de ajuda, no estrangeiro são completamente desamparadas.

Segundo Manier,²⁵ a exploração sexual de menores é presente em todos os continentes assim o comércio do sexo é passaporte na Tailândia, Sri Lanka, Cuba e Brasil. No México, a exploração sexual de menores aumentou drasticamente em cidades como Cancun ou Acapulco. Costa Rica também parece ter se tornado um destino popular para amantes de jovens prostitutas, meninos e meninas. Em toda parte, a exploração sexual de menores esconde por trás adultos, mas ambos representam um setor econômico que prospera com a cumplicidade de uma Cadeia de negócios (patrões de bares, taxistas, guias etc.).

Na cidade de João Pessoa, as adolescentes vítimas da prostituição nomeavam os espaços de comercialização do corpo de “pontos” que geralmente caracterizava-se por um espaço sombrio e de pouca circulação à noite.²⁶ O Parque Arruda Camara (Lagoa) se apresentava como um dos espaços de maior circulação das adolescentes.

²⁵ MANIER, Bénédicte. **Le travail et l'exploitation d'enfants dans le tourisme**, 28 janvier 2004. Disponible: <<http://www.tourisme-durable.net>>. Acesso: 15 de dezembro 2012.

²⁶ A exploração da prostituição Infanto-Juvenil no Estado da Paraíba consta **O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI** destinado a apurar responsabilidade pela exploração da prostituição Infanto-Juvenil - Relatório Final – Estado da Paraíba – Assembleia Legislativa “Casa Epitácio Pessoa” 1997, 94 p.

Nesse local elas esperavam os clientes que se aproximavam em seus carros estacionando próximo e rapidamente dialogando o preço do programa.²⁷ Uma vez negociado o serviço, elas entravam no carro e eram conduzidas aos motéis e pousadas da cidade. As condições de classe dos clientes eram decisivas para a organização dos programas, alguns conduziam as adolescentes a áreas sombrias e desertas do centro da cidade a exemplo das imediações da Igreja São Francisco e o Bar da Pólvora.

Os programas e serviços da venda do corpo exigiam um planejamento prévio feito por uma das adolescentes que liderava o grupo. Assim, ela organizava suas colegas em grupo de três a quatro, delimitava os espaços de venda do corpo das mesmas sob sua direção, mas ela não participava dos programas, sua função era negociar junto aos clientes suas companheiras.

Uma particularidade da líder do grupo, era recusar a condição de prostituta, termo no qual ela era chamada pelas suas colegas dos programas. A mesma se apresentava como diferente das demais colegas. Segundo ela, uma adolescente que não tinha os mesmos hábitos de suas companheiras. Afirmando jamais ter feito programas e dizendo sempre estar apaixonada por um rapaz que ela amava e que seria seu futuro esposo.

REALIDADE BRUTAL, INFÂNCIA NEGADA

No Brasil, dos anos 1980 e 1990 ocorreram mudanças significativas na dinâmica da institucionalização de crianças e adolescentes das classes desfavorecidas. As diretrizes postas pelo processo de redemocratização iniciadas nos anos 1980 foram decisivas para mudanças significativas e revisão das políticas públicas destinadas a infância e adolescência.²⁸ A problemática de crianças e adolescentes desfavorecidas e sob a guarda e tutela das políticas sociais passava a fazer parte da agenda governamental

²⁷ MACEDO, F. E. *Une Histoire d'Enfances Volées. Enfance, adolescence des rues et prise en charge institutionnelle: le cas de João Pessoa, capitale du Paraíba au Nordeste du Brésil*. 2009. Thèse (Doctorat) – Université Paris VII – Denis Diderot, Paris, 2009.

²⁸ MINAYO, M. C. de S. *O limite da exclusão social: meninos e meninas do Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: HUCITEC / ABRASCO, 1993.

e agentes da sociedade civil objetivando mudanças nas regras de atendimento socioeducativo.²⁹

A constituição de 1988 viabiliza propostas acerca dos direitos humanos e consequentemente da cidadania como direitos universais a todas as crianças. No âmbito legislativo decretos e leis foram promulgados objetivando mudanças em sua aplicabilidade. O código de menores de 1979 era substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente,³⁰ que excluía da nossa legislação, o termo "menor", usado para discriminar e estigmatizar crianças das populações pobres.

Para a construção da análise acerca da problemática das crianças e adolescentes em risco social utilizamos a mídia nacional, internacional e local por se constituírem fontes de informação e testemunho mais próximo da realidade de uma sociedade a época violenta e em plena mutação.³¹ A imprensa escrita, a televisão, e o cinema traduziam-se como veículos de comunicação em massa e denunciavam os brutais maus-tratos e violências

²⁹ FERNANDES, R. C. **Privado porém Público**. O Terceiro Setor na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

³⁰ BRASIL. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei 8069/90.

³¹ Produção Cinematográfica Brasileira

Pixote, a lei do mais fraco- Filme de Hector Babenco (122mn, VOSTF) Cenário: Hector Babenco, Jorge Durán e José Louzeiro. Imagem: Rodolfo Sánchez, Montagem: Luiz Elias. Música: Jonh Neschling, Coprodução: Embrafilme, HB Filmes, 1981

Central do Brasil, filme de Walter Salles, produção 1997, duração 1h45, Versão francesa; Cenário: João Emanuel Carneiro, Marcos Bernstein, Walter Salles, Imagem Walter Carvalho, Montagem: Isabelle Rathery, Musica: Antonio Pinto, Jacques Morelenbaum, Produção: Arthur Conn, Martine de Clermont-Tonnerre, M.A.C.T Prod. Videofilmes Riofilme, Canal +, Sundance institute. Orso de Ouro de melhor film, Orso de prata de melhor interpretação feminina para Fernanda Montenegro, Berlin 1998.

Carandiru, coprodução Brasil/Argentina- Realizador Hector Babenco, 132 min, 2003.

Cidade de Deus” Brasil. Filme de Fernando Meirelles, Cenário Braulio, Foto César Charlone, Musica Antonio Pinto e Ed Cortes Mantovani, Duração 2h15. 2003.

Vida Maria. Filme de Márcio Ramos. Produção VIACG e TRIO FIMES. Música de HERLON ROBSON – Mixagem ERICO “SAPÃO” escrito animado e dirigido por MÁRCIO RAMOS. CEARÁ – 2006.

Documentário produção francesa

Enfants à vendre. En Roumanie, les pédophiles achètent les mineurs le temps de satisfaire leur ignoble plaisir; en Turquie, il s’agit plutôt d’un commerce de “pièces détachées”, film de DEFFONTAINES Cécile. *Documentaire soirée thématique “trafics d’enfants”*. Arte 20h40, Le Mardi 20 janvier 2004.

REPORTAGEM **Aicha, 13 anos, domestique perdue dans Casablanca**. Publié le 12 juin 2006. Disponible: <<http://www.unicef.fr>>. Acesso 5 dezembro 2012.

vividos por grande número de crianças e adolescentes internos e fora dos muros das unidades de apoio governamentais.

O discurso da mídia nas duas últimas décadas do Século XX revelava a violência institucional, na qual crianças e adolescentes eram vítimas objetivando mobilizar os movimentos sociais em direção às autoridades. A sociedade civil através da mídia tomava conhecimento das atrocidades infligidas à infância e adolescência em permanente sofrimento. Assim, os jornais, as revistas, os documentários e obras cinematográficas denunciavam o drama social de uma infância perdida.

Acerca da ação e mobilização social dos veículos de comunicação Umberto Eco,³² nos mostra em suas reflexões que o jornal não é um instrumento temível devido a sua força econômica e política que lhe dirige. O jornal é um meio de condicionamento da opinião pública desde a aparição das primeiras gazetas. A produção jornalística é feita a atender os interesses de um público, ao nível do gosto, da classe social, da instrução, sobre todo o território nacional. A liberdade da pessoa que escreve é limitada aos conteúdos das informações e sua disseminação não depende do autor mas das determinações técnicas e sociológicas da mídia.

Entretanto, se aceitamos esse princípio de liberdade jornalística condicionada como um risco importa lembrar que as mídias brasileiras a época da redemocratização, anos 1980, ganhavam espaço e liberdade de expressão e buscavam em sua missão o tratamento da informação em sua total integridade. Assim, utilizamos em nosso objeto de investigação os artigos do Jornal A União, da cidade de João Pessoa, agregado e sediado oficialmente ao governo do Estado da Paraíba, parte integrante da memória do Estado, criado a época em parceria com o partido Republicano, portanto, com um centenário de existência.

SOCIEDADE E SOBREVIVÊNCIA NAS RUAS

A violência contra crianças e adolescentes que sobreviviam nas ruas era denunciada por organizações como a Anistia Internacional, sob o caráter hiper violento de certas ações de grupos relacionados com o extermínio. A imprensa nacional e local testemunhava fatos catastróficos de violência cometida nas ruas dos grandes centros

³² ECO, Umberto. **La Guerre du Faux**. Paris: Grasset, 1985. p.178

urbanos. Na década de 1980 nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo a cada hora uma criança em condição de rua era morta.³³ Considerada uma ameaça ao bem estar da sociedade, crianças e adolescentes eram vítimas fáceis das balas dos “Esquadrões da Morte”, das Milícias subvencionadas por comerciantes e moradores dos bairros de elite e centros comerciais. Estes, frequentemente operavam com impunidade, protegidos por redes influentes, disseminando medo enquanto a justiça permanecia paralisada ou em cumplicidade.

A sociedade brasileira era informada, por meio da mídia, sobre crimes de repercussão internacional como o ocorrido no Rio de Janeiro, em 1993, conhecido como o crime da Candelária.³⁴ Sete crianças que sobreviviam nas ruas eram assassinadas em plena noite no momento em que dormiam em uma rua próxima a Igreja da Candelária. A ação criminal e de extermínio chocava o Brasil e o mundo. A opinião pública nacional e internacional procurava os responsáveis. O Brasil vivia nesse momento um dos mais tristes dramas da infância das ruas vivenciado pelo massacre coletivo, brutal e premeditado de crianças e adolescentes indefesos.

Para crianças e adolescentes sobreviver nas ruas significava viver permanentemente com o drama da morte é o que nos afirma Fernando Dutra, ao descrever a triste história de Jailson, 11 anos de idade, pisado até à morte e linchado em plena luz do dia, no centro da cidade de São Paulo:

Entre gritos da multidão excitada, Jailson foi um entre muitos meninos de rua, um pequeno vendedor de imagens de santos que sobrevivia em frente a Catedral da Sé, uma criança assistida pela Pastoral do Menor. Certamente, este trabalho honesto de Jailson não era suficiente para ajudar a sua mãe e dois irmãos. Sua mãe, Iraci Madalena de Jesus morava em uma favela e exercia a atividade de empregada doméstica tendo sido abandonada pelo marido. O pequeno Jailson sonhava ser matriculado em uma escola primária e ganhar dinheiro suficiente para comprar uma casinha e acomodar toda a sua família. Assim, em 9 de dezembro de 1983, o garoto Jailson fugindo desesperadamente pelas ruas do centro da cidade de São Paulo, transportando uma corrente de ouro roubada do pescoço de uma senhora, era chamado de “trombadinha”.³⁵ Na fuga, um homem conseguiu apanhá-lo e projetá-lo violentamente ao chão. Com raiva desumana, o homem começou a

³³ JORNAL A União, João Pessoa, p. 5, 12 de outubro de 1990.

³⁴ O MASSACRE DOS MENINOS. VEJA, n. 30, p. 16-20, 28 de Julho de 1993.

³⁵ Cf. Dicionário Aurélio, 2001. **Trombadinha** é uma linguagem popular brasileira, palavra pejorativa usada para designar as crianças que sobreviviam e roubavam nas ruas das grandes cidades e centros urbanos.

bater-lhe, incentivado pela multidão que rodeava a cena de linchamento. O homem agrediu a criança até a morte. Olhando Jailson imobilizado e sem vida, o homem parecia orgulhoso da justiça feita pelas próprias mãos. Somente duas mulheres entre a multidão se atreveram a protestos. Portanto, como muitos outros, o crime permaneceu impune. Este drama dos menores, no Brasil, ultrapassava os limites do imaginável, ainda havia a época uma parte significativa da sociedade brasileira que permanecia insensível a tamanha realidade.³⁶

VIOLÊNCIA COMO DISCIPLINA

Investigações feitas por organizações responsáveis pela proteção das crianças e adolescentes denunciaram o uso de torturas nas unidades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) em todo o Brasil³⁷ apesar dos esforços e tentativa dos gestores no sentido de ocultar tamanha realidade. Assim, foram registradas presenças de adolescentes infratores confinados em células minúsculas e vítimas de abusos sexuais. Alguns destes adolescentes eram autorizados a uma hora por dia de caminhada ao ar livre e visitas de 15 minutos dos seus familiares por semana. Segundo a Anistia Internacional,³⁸ o medo de uma violação da ordem pública escondia uma tolerância generalizada da tortura e maus-tratos aplicados a adolescentes infratores.

Para compreender a violência na sociedade brasileira faz-se necessário retrocedermos ao tempo diacrônico e analisarmos o processo de colonização construído sob um modelo de relações de poder e dominação.³⁹ O Brasil, cuja história foi marcada pela violência desde os tempos da colonização, herdou um padrão cultural estruturado nas relações de dominação, caracterizada pela expropriação dos direitos da maioria, subjugada em função do domínio de privilégios de poucos.⁴⁰ Da inculcação ideológica

³⁶ DUTRA, Fernando. O menor e a violência urbana. **A UNIÃO**, João Pessoa, 1987.

³⁷ CONANDA – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília/DF –Dezembro de 2006 – p. 16-17. 143 p.

³⁸ A Anistia Internacional foi fundada em 1961 pelo advogado inglês Peter Benenson após ter notificado na imprensa portuguesa a condenação de dois jovens estudantes por terem erguido um brinde à liberdade em um bar de Lisboa durante a ditadura salazarista. Indignado o advogado começou a pensar em formas de persuadir o governo português a libertar os estudantes através de cartas de protesto.

³⁹ NASCIMENTO, Severina Ilza do. (Org.). **As Marcas da Violência**. As representações da violência em crianças e adolescentes em situação de rua. João Pessoa: Ideia, 1999.

⁴⁰ ARENDT, Hannah. **Condition de l'homme moderne**. Paris: Calmann-Lévy, 1983.

dos jesuítas, pela chacina dos nativos donos da terra⁴¹ contra aos hoje herdeiros da classe dominada, nas ruas e favelas dos grandes centros, nas cadeias ou periferias de cidades menores, ou no campo.

Nas unidades federativas da FEBEM eram praticados dois tipos de sessão de tortura: o “repique” e a “recepção”.⁴²

O “**repique**” era usado, após qualquer tentativa de fuga, por atos de rebelião, luta e briga entre internos. Um grupo de 50 funcionários armados com paus e barras de ferro batiam nos adolescentes seminus, forçando a cabeça para baixo nos recreios ou células.

A “**recepção**” era uma tortura usada, durante transferências de adolescentes entre as unidades da FEBEM. A chegada dos adolescentes em uma nova unidade era realizada através de um “acolhimento especial” reservado aos mesmos. Assim, dentro de um corredor chamado “Polônia”, instrutores treinados e funcionários da unidade, se reuniam para que o diretor da unidade lhes informasse sobre regulamentos e disciplinas. Os adolescentes eram espancados violentamente com chutes, cotoveladas e barras de ferro.

Assim, nas unidades de apoio era comum o atendimento aos internos com lesões escamosas, contusões e queimaduras de cigarro. Inquéritos e estudos sobre esses métodos e procedimentos confirmaram o uso de armas brancas, barras de ferro e paus. O Ministério Público mantém arquivos de fotografias e vídeos mostrando práticas de torturas aos internos nas instituições.⁴³ Há registros nos departamentos especializados de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo, relatando casos de assalto e tortura nas unidades da FEBEM. Nos relatórios, investigados foram comprovados a existência de “Ninjas”, considerado uma “lenda” pelos relatores do inquérito, “Ninjas” era o nome dado a um grupo de torturadores, com cabeças escondidas em capas pretas, que

⁴¹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁴² Destruindo o Futuro: **Tortura na FEBEM**. Centro de Justiça Global – Movimento Nacional de Direitos Humanos – Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo. Disponível: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso: 14 de Janeiro de 2013.

⁴³ Ibid.

agrediam crianças e adolescentes nos dormitórios da FEBEM durante a noite batendo às cegas crianças e adolescentes em pleno sono.



www.revistafenix.pro.br

O PAROXISMO DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E JOÃO PESSOA

No nível institucional, crianças e adolescentes abandonadas e atendidas nas unidades regionais da FEBEM, eram vítimas de maus tratos e violência.⁴⁴ Assim, crimes bárbaros ocupavam lugar de destaque nos meios de comunicação, originários dos programas de bem estar da infância. A Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), gestora oficial do governo federal e implantada nos anos 1960 era integrada pelas FEBEM, a nível regional, como o programa de proteção e guarda de crianças e adolescentes oriundas de famílias pobres.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela visibilidade da imprensa nacional e local noticiando cotidianamente o comportamento autoritário e atroz dos atores e guardiões de uma infância negada e institucionalizada. Os artigos de jornais e revistas denunciavam práticas violentas nas unidades de institucionalização, e não raro as FEBEM regionais ocupavam página de abertura no jornalismo nacional local.

O Jornal A União, divulgava em 1987 a manifestação e mobilização seguida a anúncio da morte de um adolescente internado na FEBEM. A notícia teve impacto sobre a população mediante o comportamento dos funcionários das unidades de apoio a criança e adolescência:

Com gritos e lágrimas, os manifestantes indignados, expressavam sua revolta no funeral de Irajá Marcelo Rogério Gonçalves Ramos, morto aos 17 anos, vítima da repressão policial no interior da unidade que residia. A imprensa foi o eco de mal-estar nacional negando a versão oficial da Fundação sobre as causas da morte do adolescente. Para as autoridades, a vítima tinha caído de um muro de 5 metros de altura na tentativa de fugir da polícia. Segundo depoimento da mãe, seu filho não poderia subir uma parede de 5 metros de altura, ele encontrava-se realizando sessões de fisioterapia da perna direita recentemente fraturada. Para ela, seu filho tinha sido assassinado. Pancada na cabeça e arcada maxilar quebrada, de acordo com testemunhos, teriam causado sua morte. Ademais a médica neurologista do Hospital Municipal Souza Aguiar, onde o jovem foi admitido em caso de emergência, revelava que ele não poderia ter sucumbido aos ferimentos causados pelo colapso de uma queda, seu corpo apresentava apenas um ferimento na cabeça causada por um objeto pontiagudo. Assim, Marcelo, como outros adolescentes, esteve

⁴⁴ SILVA, R. Da. **Os filhos do Governo**: A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997

envolvido em violenta rebelião contra as condições desumanas de confinamento. Para as autoridades, isso se elevou a um motim na unidade da FEBEM. No funeral estavam presentes representantes do Comitê para a Defesa dos Direitos do Homem, membros da paróquia da casa do adolescente, e representantes das associações do distrito policial. Todos criticavam, acusavam e se queixavam da superlotação nas unidades da FEBEM responsáveis pelas péssimas condições de infraestrutura e exigiam o fim do abuso e violência praticados. A opinião pública através da imprensa mobilizava as autoridades locais para o fim do confinamento arbitrário de crianças e adolescentes e a violência institucionalizada.⁴⁵

No Estado da Paraíba, a casa do Menino Jesus de Nazaré, unidade de atendimento de crianças e adolescentes da Fundação do Bem Estar do Menor Alice de Almeida – FEBEMAA, localizada na cidade João Pessoa, era notícia do jornalismo regional. Seus crimes institucionalizados começavam a ser relatados. A violência extrema de “instrutores” não poderia continuar. A morte violenta de uma criança com a idade de 7 anos causava consternação a população. A imprensa local noticiava o estupro e assassinato de uma criança interna da instituição em Julho de 1987 e classificado como um ato de barbárie.⁴⁶

Poucos dias depois a esse crime, uma “instrutora” dessa mesma unidade era acusada do assassinato de um menor de 8 anos, vítima de traumatismo craniano.

Nossa investigação e estudo da imprensa nacional e dos arquivos local do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, na cidade de João Pessoa, testemunha uma série de práticas de violência por instrutores das unidades de apoio a crianças e adolescentes. As condições precárias de atendimento, lugares insalubres, disfunção das gestões, ausência de profissionais capacitados e monstruosidade de uma instituição à deriva. A “prise en charge institutionelle” era monitorada, mantida no medo, nos espancamentos e nas ameaças de morte.

Para ser “instrutor” das unidades da FEBEM, nenhum conhecimento específico era exigido, nem da psicologia infantil, nem da educação nem na gestão administrativa. O perfil profissional exigido era aceitar trabalhar para uma instituição e aplicar métodos disciplinares.⁴⁷ Durante décadas, funcionários das FEBEM em todo o Brasil, destinadas

⁴⁵ JORNAL A UNIÃO, p. 9, 22 de julho de 1987.

⁴⁶ Ibid., p. 7.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

a proteção de crianças e adolescentes ignoraram a importância de suas ações, eles simplesmente mantiveram as unidades em funcionamento, aplicando o modelo de educação autoritária e disciplinar posto em prática desde a década de 1960.⁴⁸

CONCLUINDO

O processo de institucionalização implantado nos anos 1960 pela FUNABEM falhou em suas bases e estrutura negando os direitos essenciais a vida e liberdade de crianças e adolescentes em detrimento dos ideais de um projeto centrado na doutrina de segurança nacional. A liberdade dava espaço ao cárcere, contribuindo decisivamente na formação da criminalidade dos atores implicados nesse processo instituição *versus* crianças e adolescentes.

A história da infância no Brasil é marcada pela violência e faz parte da nossa grande dívida social na qual crianças e adolescentes desfavorecidas foram vítimas e injustiçadas. As marcas dessa violência ainda é bastante presente em nossa sociedade, sobretudo se recuarmos em nosso processo histórico e percebermos que as FEBEM instauradas na segunda metade do Século XX estigmatizaram de forma perversa o olhar sobre a infância institucionalizada. Esse olhar estigmatizante é também presente no imaginário social coletivo em direção a todas as crianças e adolescentes que participam dos programas governamentais socioeducativos em nossa atualidade.

No âmbito internacional, a invisibilidade de crianças e adolescentes pobres das comunidades internacionais e toda sorte de exploração tem sido tema de consideráveis reflexões e análise pelas comunidades científicas. A problemática de crianças e adolescentes desfavorecidas é um fenômeno internacional e avança significativamente com o neoliberalismo tendendo a se agravar mais e mais. A pobreza das famílias é estruturante nesse processo em que o desemprego contribui decisivamente desintegrando as bases essenciais da vida, educação, alimentação, saúde e moradia.

Pensar tais questões numa abordagem multidisciplinar, assim como no acúmulo considerável de informações sobre a criança e adolescência nos mais variados tempos históricos é uma preocupação, sobretudo para a produção científica da temática da infância no Brasil e no mundo.

⁴⁸ MACHADO, J. 1964: **A opressão dos Quartéis**. João Pessoa: Combate, 1991.

Apesar dos esforços empreendidos pela Organização das Nações Unidas, pela UNICEF e pelos Estados-Membros, para erradicação da pobreza infantil, metas estabelecidas pelos Objetivos do Milênio, objetivando que as crianças tenham direito a saúde, educação, moradia, igualdade e proteção, ainda permanecerão na invisibilidade cerca de 8,7 milhões de crianças menores de cinco anos até 2015.

ARTIGO RECEBIDO EM ABRIL DE 2012.

PUBLICADO EM JUNHO DE 2014.



www.revistafenix.pro.br